

GERENCIALISMO, PRIVATIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMPLICAÇÕES PARA O CASO DO ESTADO DO PARANÁ

MÁRCIA COSSETIN

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
marcia.cossetin@unila.edu.br

FABIANO P. SEVERINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
fabiano.severino@escola.pr.gov.br

JULIANA F. S. PASINI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
fjfserraglio@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Nas últimas décadas, as políticas educacionais vêm sendo reconfiguradas pela expansão de princípios da Nova Gestão Pública (NGP), que introduzem metas, indicadores de desempenho, avaliação por resultados e mecanismos de responsabilização. Esse movimento se intensifica com a incorporação de plataformas digitais, que passam a mediar tanto a gestão educacional quanto as práticas pedagógicas. Como afirma Ball (2014), “as políticas estão sendo cada vez mais produzidas em e por meio de redes, e não apenas pelos governos” (BALL, 2014, p. 14).

No contexto brasileiro, tais mudanças têm sido analisadas como parte da expansão de processos de privatização educacional, da ampliação de mecanismos de avaliação e responsabilização e da incorporação de tecnologias de gestão com consequências diretas sobre a gestão educacional, o trabalho docente e a própria concepção de educação pública.

O presente estudo, de abordagem qualitativa, analisa as transformações recentes nas políticas educacionais tomando como referência o caso do estado do Paraná. A

análise centra-se em dados provenientes do Portal da Transparência do Estado do Paraná, com foco nos contratos firmados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) em situação vigente, registrados e publicados, sendo a busca realizada no dia 11 de fevereiro de 2026. O recorte evidencia a intensificação de iniciativas governamentais orientadas às lógicas gerenciais e da articulação com o setor privado no estado do Paraná, também na área educacional.

DESENVOLVIMENTO

Compreende-se as políticas públicas como expressões históricas, contraditórias e situadas nas relações entre Estado, economia e sociedade, partindo-se do pressuposto de que as políticas educacionais se materializam em dispositivos concretos, como contratos, programas, instrumentos de gestão e na prática educacional daí proveniente.

A Nova Gestão Pública introduz o gerencialismo como racionalidade dominante na administração pública, esse processo não implica a redução do Estado, mas sua reconfiguração. Como observa Ball (2014), há um deslocamento do Estado de provedor direto para regulador e financiador, operando por meio de redes que conectam governos, empresas e organizações privadas. Assim, a privatização na educação é a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas que não envolvem propriedade”, (RIKOWSKI, 2018, p. 400), ou seja, a propriedade continua sendo pública, mas o definidor e executor pode não ser mais o Estado.

No caso do estado do Paraná, a análise dos contratos firmados pela SEED/PR evidencia a constituição de um modelo de governança baseado na ampliação da participação privada na educação pública. Para fins metodológicos, os contratos foram organizados segundo categorias que permitem evidenciar diferentes formas de inserção do setor privado na política educacional. A abordagem buscou situar os contratos no contexto mais amplo de gerencialismo, em que se articulam processos de privatização, terceirização, plataformização, consultoria especializada e reorganização da gestão

escolar. Como desdobramento da abordagem, a Figura 1 sintetiza a distribuição dos contratos da SEED/PR por categoria, escopo e composição, valores e percentuais gastos públicos educacionais.

Figura 1: Distribuição dos contratos da SEED/PR

Categoria Analítica	Escopo e composição dos contratos	Valor Total Estimado (R\$)	Percentual
1. Gestão Escolar e Op. Adm.	Mantém-se o foco no Parceiro da Escola e Paraná Educação.	R\$ 1.259.783.125,48	15,6%
2. Consultoria e Assessoramento	Consultorias (FGV, Gartner) e agora Eventos de Formação Continuada (estratégica) e consultores individuais.	R\$ 138.425.864,12	1,65%
3. Recursos Pedagógicos e Plataformas	Plataformas (SaaS) e agora Kits Escolares, Livros Impressos (CDEL) e Materiais Didáticos.	R\$ 442.158.320,84	5,28%
4. Educação Profissional	Cursos do Sistema S e insumos técnicos para laboratórios.	R\$ 164.722.957,00	1,97%
5. Intercâmbio e Internacionalização	Programas High School e formação de professores no exterior.	R\$ 308.818.000,00	3,69%
6. Terceirização de Apoio e Operação	Mão de obra (limpeza/vigilância) e agora Transporte Escolar e de Carga, além da logística de eventos.	R\$ 5.105.452.910,42	61,01%
7. Infraestrutura Tecnológica	Hardware (Desktops, Tablets), conectividade e serviços da Celepar.	R\$ 758.552.126,92	9,07%
8. Infraestrutura Física e Utilidades	Água, Luz e agora Mobiliário Escolar (Artemóveis/Metalflex) e aluguéis de prédios.	R\$ 381.256.421,50	4,56%
TOTAL GERAL	Soma de todos os contratos da SEED/PR	R\$ 8.367.581.869,28	100%

Fonte: elaboração própria a partir do Portal da Transparência/PR.

A análise, preliminar, dos dados apresentados, cujo montante total alcança R\$ 8.367.581.869,28, evidencia uma estrutura complexa e reconfigurada da política educacional, marcada por contratos, categorias e ampliação da participação do setor privado nas políticas públicas.

Um primeiro elemento é a centralidade da categoria “Terceirização de Apoio e Operação”, que concentra mais de R\$ 5.105.452.910,42, ou seja, a maior parcela dos recursos analisados. A terceirização passa a constituir a base operacional do sistema, em que o Estado prioriza contratos para que as instituições funcionem, o que reforça a lógica da Nova Gestão Pública.

Observa-se a articulação entre as categorias de “Gestão Escolar e Operacionalização Administrativa” e “Recursos Pedagógicos e Plataformas”, que juntas somam R\$ 1.701.941.446,32. O dado evidencia que não apenas a infraestrutura e os serviços de apoio são privatizados, em diferentes formas, mas também dimensões centrais da política educacional, como a gestão escolar e a mediação pedagógica, consolidando o setor privado a influenciar tanto a organização da escola quanto os conteúdos e instrumentos do processo de ensino-aprendizagem.

A categoria de “Infraestrutura Tecnológica”, com mais de R\$ 758.552.126,92, reforça a tendência de plataforma da educação. A aquisição de equipamentos, serviços de conectividade e soluções tecnológicas, indica que a mediação tecnológica como eixo estruturante da política educacional, alinhado ao monitoramento e controle.

Os recursos na categoria de “Intercâmbio e Internacionalização” são de R\$ 308.818.000,00 e na “Consultoria e Assessoramento” com R\$ 138.425.864,12. A contratação de consultorias como, bem como a realização de programas de formação no exterior, indica que a política educacional está influenciada por modelos internacionais e por agentes que operam na circulação global de ideias e práticas.

A categoria de “Educação Profissional”, R\$ 164.722.957,00, embora com menor volume, evidencia a presença do Sistema S e de outros agentes privados, reforçando a articulação entre educação e mercado de trabalho. Já a categoria de “Infraestrutura Física e Utilidades”, R\$ 381.256.421,50, demonstra que outras dimensões associadas à gestão do Estado, como mobiliário e manutenção de espaços, passam a ser organizadas por meio de contratos com o setor privado.

Os dados mostram a consolidação da política educacional baseada na contratualização generalizada em que o Estado não desaparece, se reposiciona, conforme Caetano (2025) “a administração pública passa a ser uma simples gestora de contratos e acordos privados. Reconfigurando assim, o papel do Estado para com a educação pública, passando a ser um Estado regulador, avaliador e financiador das políticas” (CAETANO, 2025, p. 9). A definição e execução das políticas públicas sai das estruturas estatais e passa a ser distribuída em redes de contratos com o setor privado.

CONCLUSÕES

A análise evidencia que a articulação entre gerencialismo, privatização e plataforma tem produzido mudanças nas políticas educacionais contemporâneas,

alcançando não apenas a dimensão administrativa, mas também as formas de governança, o papel do Estado e a própria concepção de educação pública. O Estado permanece como agente central, mas assume funções de financiamento, regulação e avaliação, enquanto a definição e execução das políticas se distribui no setor privado, em articulação com as formulações da Nova Gestão Pública.

As plataformas digitais vêm se consolidando como forma de privatização da educação pública ao instituírem um gerencialismo orientado por dados que passa a mediar práticas pedagógicas, avaliação e gestão (Rikowski, 2018). No Paraná, esse processo se materializa nos contratos firmados pela SEED/PR, evidenciando a articulação entre gerencialismo, privatização e plataformização e ampliando a inserção do setor privado na definição e execução das políticas educacionais. Tal reconfiguração atinge tanto a organização da escola quanto suas atividades-fim, com a crescente mediação digital estruturando práticas, gestão e avaliação, ao mesmo tempo em que intensifica a padronização e o controle.

A presença do setor privado, em suas diferentes formas de atuação, como por meio da gestão, das plataformas e materiais estruturados incidem sobre a privatização do currículo, da oferta e da gestão, conforme indica Adriaõ (2018), trazendo consequências diretas à gestão democrática do ensino público, ao trabalho docente e às formas e o que se ensina e se aprende. Articuladamente, no plano político, a ampliação da participação privada coloca em questão os mecanismos de controle democrático e a transparência na utilização dos recursos públicos.

Trata-se de uma mudança que não se restringe aos procedimentos administrativos, mas alcança a própria configuração da educação pública, concebida por lógicas de mercado. O que se impõe, diante deste contexto, é não apenas a reafirmação da importância da educação como direito social, orientado por princípios democráticos e pelo compromisso com a formação humana, mas também a necessidade de aprofundar e ampliar a análise dos dados coletados.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. 1. ed. Brasília: **ANPAE**, 2022.

BALL, S.. Educação global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BARBOSA, R.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum**, v. 21, 2023.

CAETANO, M. R. Reformas educacionais e gerencialismo: repercussões na educação pública. **Revista Cocar**, n. 37, 2025.

PARANÁ. **Portal da Transparência do Estado do Paraná**. Disponível em: <https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/contratos?windowId=d60>. Acesso em: 11 fev. 2026.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 393–414, 2018.

